

Aportes teológicos para um novo modelo de masculinidade

Theological contributions to a new model of masculinity

Sérgio Albuquerque Damião
Universidade Católica de Pernambuco - Brasil

Resumo

O presente artigo visa investigar aportes teológicos que contribuam para a crítica da lógica patriarcal, oferecendo um modelo alternativo de vivência da masculinidade. A metodologia utilizada é de natureza bibliográfica qualitativa e o método é hipotético-dedutivo. O estudo será norteado pela seguinte pergunta: diante do atual contexto sociocultural, qual modelo de masculinidade emerge da revelação cristã, sobretudo, a partir da análise da vida e mensagem de Jesus de Nazaré? Para responder tal indagação, apresenta-se a dinâmica cultural vigente que estabelece tanto a invisibilidade do privilégio quanto a violência simbólica como tecnologias de suporte para a estrutura de dominação masculina; delinea-se os alicerces da masculinidade de dominação, enunciando os desvios que definem as relações entre gêneros; propõe-se, a partir do paradigma cristológico, um modelo alternativo de masculinidade.

Abstract

This article aims to investigate theological contributions that help critique patriarchal logic, offering an alternative model for experiencing masculinity. The methodology used is qualitative and bibliographic in nature, and the approach is hypothetical-deductive. The study will be guided by the following question: Given the current sociocultural context, what model of masculinity emerges from Christian revelation, particularly through an analysis of the life and message of Jesus of Nazareth? To answer this question, the study presents the prevailing cultural dynamics that establish both the invisibility of privilege and symbolic violence as mechanisms underpinning the structure of male domination; it outlines the foundations of dominant masculinity, highlighting the distortions that define gender relations; and, based on the Christological paradigm, it proposes an alternative model of masculinity.

Palavras-chave

Invisibilidade do privilégio.
Patriarcado.
Conversão.
Jesus de Nazaré.
Masculinidade de serviço.

Keywords

Invisibility of privilege.
Patriarchy.
Conversion.
Jesus of Nazareth.
Masculinity of service.

Introdução

Durante muito tempo, as pesquisas referentes à construção social ocupavam-se do debate acerca das questões raciais e de classe. Atualmente, considera-se basilar a análise das questões relativas ao gênero e suas implicações para a compreensão histórica e cultural da sociedade, bem como das identidades individuais. Sabe-se que o gênero constitui um dos princípios organizadores sobre o qual se constrói a vida social e a experiência pessoal. Os avanços obtidos pelos estudos de gênero removeram do anonimato a experiência das mulheres, tanto na esfera particular quanto nos espaços sociais ao qual foram historicamente confinadas. A análise dos papéis sociais rompeu com a narrativa patriarcal, desbravando a necessidade de novas linguagens, valores e elaborações simbólicas que abarcassem as transformações ocorridas.

Os pilares narrativos que dão suporte às demandas androcêntricas demonstraram-se incapazes de assimilar os avanços femininos, enxergando-os, muitas vezes, como ameaça a ser combatida. Mesmo interpelada pelos avanços dos estudos de gênero, a masculinidade insiste em permanecer inacessível aos questionamentos que deles emergem. Perdura um sentimento de imunidade que se estende pelas esferas socioculturais e religiosas, materializando-se na crença de que não há outro modelo de masculinidade possível.

Nas últimas décadas, a questão de gênero e da mulher foi legitimada e passou a ser debatida dentro da Igreja. Segundo Brunelli (1989, p. 18), vários fatores contribuíram para esse despertar:

[...] os movimentos de libertação sócio-políticos e a organização das mulheres em vários setores da sociedade; a nova consciência eclesial e a participação ativa das mulheres na Igreja; as mudanças na posição oficial da Igreja em relação à mulher, a partir de Pio XII e, sobretudo, com João XXIII (*Pacem in Terris*) e com o Vaticano II (*Gaudium et Spes*).

Ainda que o magistério eclesial tenha reconhecido a emancipação da mulher e a consciência de sua dignidade como um dos sinais dos tempos (*Pacem in Terris*, n. 41) e suscitado o desenvolvimento de pesquisas que superem a mentalidade patriarcal (Documento de Aparecida, n. 453), as

demandas de gênero, quando assumidas pela reflexão teológica, acham-se reduzidas a uma questão de emprego de linguagem, filosofia e pensamento (Anderson-Rajkumar, 2006, p. 283). Soma-se o fato de que muitos setores permanecem agarrados à noção religiosa de matriz androcêntrica: o masculino passa a ser entendido como princípio universal e organizacional. Perpetua-se, assim, uma formatação masculinizada, instaurada como absoluto hierárquico e definidora tanto das relações interpessoais entre gêneros como dos espaços institucionais. Outro ponto que merece destaque diz respeito à influência das reflexões que versam sobre Deus e seus símbolos. Sendo o masculino a imagem preponderante do divino, a sociedade e a Igreja serão orientadas em torno desse eixo.

O presente artigo investiga, por meio de pesquisa de natureza bibliográfica qualitativa e do método hipotético-dedutivo, aspectos teológicos que fundamentam a crítica e a necessária superação da lógica patriarcal, oferecendo um modelo alternativo de vivência da masculinidade. A pesquisa é norteada pela seguinte pergunta: diante do atual contexto sociocultural, qual modelo de masculinidade emerge da revelação cristã, sobretudo, a partir da vida e mensagem de Jesus de Nazaré? Para responder a tal indagação, será analisada a dinâmica cultural que estabelece tanto a invisibilidade dos privilégios quanto a violência simbólica como tecnologias de suporte à estrutura patriarcal; serão delineados os alicerces da masculinidade de dominação, enunciando os seus desvios, bem como os entrelaçamentos entre os discursos socioculturais e religiosos; e será proposta, a partir do paradigma cristológico, uma reflexão voltada à construção de modelos alternativos de masculinidades.

A dinâmica cultural e a lógica do patriarcado

Ao falar de cultura, compreende-se “uma totalidade complexa que abrange conhecimento, crença, arte, moral, costume, e quaisquer capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como membro da sociedade” (Miranda, 2001, p. 42). É nesse âmbito que se constroem identidades, estruturas mentais e afetividades, além da capacidade de interpretar a vida e o próprio existir. Tal processo constitui um conjunto de

orientações padronizadas para as relações sociais e para os comportamentos apreendidos (Miranda, 2001, p. 43).

A cultura humana possui uma dimensão histórica e social inserida em constante processo de produção, utilização e modificação dos modelos simbólicos e das práticas culturais estabelecidas. A análise da relação ativa entre seus componentes contribui para o entendimento da dinâmica social, econômica e religiosa. Segundo Miranda (2011, p. 45), “estudar a cultura significa identificar as significações, partilhadas por todos de um grupo social, que se encontram incorporadas à ação desse grupo, mesmo que delas não tenham uma consciência reflexa”. A dinâmica cultural modela o ser humano e por ele é modelada. Ao fornecer mediações e instrumentais práticos e simbólicos, direciona o agir humano e, simultaneamente, confere significação a seu viver, constituindo uma unidade fundamental que assegura a sobrevivência dos padrões culturais na medida em que persistem as situações nas quais surgiram (Miranda, 2001, p. 47). À medida que são confrontados por novos paradigmas, surge a possibilidade de modificação das mediações e dos instrumentais culturais.

Importa salientar que não faz parte do escopo deste texto uma apresentação do desenvolvimento histórico do patriarcado. Outras obras já se debruçaram sobre o tema. Interessa, aqui, seu influxo na construção cultural que delimita as relações sociais e pessoais, sobretudo no que diz respeito à elaboração e interpretação da masculinidade na sociedade contemporânea. A compreensão de patriarcado adotada seguirá o significado proposto por Lerner (2019, p. 290): “manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominação masculina sobre as mulheres na sociedade”. A autora sinaliza que o sistema patriarcal alimenta e condiciona o poder masculino estabelecido em todas as instituições sociais, bem como a negação do acesso feminino às instâncias de poder (Lerner, 2019, p. 290).

De acordo com Hooks (2025, p. 39), o patriarcado constitui uma enfermidade letal, afetando homens tanto em seu corpo quanto em seu espírito. Segundo a autora, “a maioria dos homens nunca pensa sobre o patriarcado - o que significa, como surge e como é mantido” (2025, p. 39).

Organiza-se um sistema político-social sedimentado na compreensão de que os homens são “inerentemente dominantes, superiores a tudo e a todos os considerados ‘mais fracos’, sobretudo as mulheres, e que a eles é atribuído o direito de dominar e governar e manter essa dominância por meio de várias formas de violência e terrorismo psicológico” (2025, p. 40).

Para Jablonka (2021, p. 49), o patriarcado surge a partir de uma interpretação dos corpos. Ao estabelecer uma essencialização das capacidades reprodutivas femininas, institui, para as mulheres, espaços sociais organizados utilitariamente em torno da maternidade: “em vez de dizer que a mulher tem ventre, ele diz que a mulher é um ventre” (Jablonka, 2021, p. 49). A capacidade de reprodução da mulher transforma-se em motivo para sua subjugação. Segundo o autor, “desprovidos do poder detido pelas mulheres, os homens reservam para si todos os outros, inclusive o de controlar a sexualidade feminina” (Jablonka, 2021, p. 50). A incapacidade masculina de gerar filhos será convertida em onipotência.

A lógica patriarcal transformará as mulheres em recursos adquiridos pelos grupos masculinos, sendo trocadas ou compradas para benefício de suas famílias ou clãs. Primeiro, como esposas; depois, como escravas (Lerner, 2019, p. 262). O corpo feminino será dominado em benefício dos homens: prazer, filhos, alimentação e cuidado, definindo o conjunto de costumes sexuais, reprodutivos e servis aos quais deverá se submeter. A redução das mulheres à biologia funcional estabelecida também justifica sua reclusão ao âmbito doméstico - espaço de controle marital - e sua exclusão das atividades intelectuais e sociais - lugar de domínio masculino. O homem-dominante e a mulher-dominada formam uma unidade orgânica e assimétrica nutrida por narrativas amparadas por um sistema de pensamento que invisibiliza a visão androcêntrica e perpetua seu modelo normativo nas relações sociais, inclusa a perspectiva religiosa.

Desde o nascimento, homens e mulheres encontram-se emaranhados nesse sistema cultural de pensamento e condicionados a interpretar seus espaços sociais e suas identidades pelos ditames patriarcais. A assimilação ocorre de forma “natural”, justificada por instituições poderosas como o Estado, a família e a religião (Jablonka, 2021, p. 73). A manutenção do

patriarcado supõe a colaboração, ainda que desequilibrada, de ambos, oferecendo a retribuição condizente ao papel ocupado dentro da ordenação social instituída. De acordo com Lerner (2019, p. 267), “o sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres”. A falta de conhecimento das mulheres sobre a cultura instituída e sobre a própria história de lutas e conquistas é um dos principais meios para a manutenção da subordinação feminina (Lerner, 2019, p. 277).

Aos homens, detentores do aparato simbólico que institui os privilégios sociais, exige-se o reconhecimento das injustiças históricas alicerçadas nas estruturas patriarcais, empreitada que envolve o combate ao constructo cultural e o questionamento das estruturas que definem o masculino como critério normativo e universal. A deslegitimação do patriarcado não ocorrerá por um simples ato de vontade, nem por protestos pontuais - mesmo que necessários. Este processo abarca uma conversão pessoal e cultural capaz de redefinir o significado da masculinidade nas relações e instituições sociais, tornando-o compatível com a emancipação das mulheres e dos homens subjugados.

Invisibilidade do privilégio masculino e violência simbólica

A falta de impacto das pesquisas de gênero no cotidiano masculino revela o desinteresse sistêmico dos homens em adentrar no debate, bem como assegura a permanência e vigência da invisibilidade do privilégio masculino. De acordo com Kimmel (2022, p. 18),

[...] a invisibilidade do privilégio faz com que muitos homens, assim como muitas pessoas brancas, se tornem defensivos e fiquem nervosos quando confrontados com realidades estatísticas ou com as consequências humanas do racismo ou do sexismo. Dado que nosso privilégio é invisível, podemos nos tornar defensivos. Ah, podemos até mesmo nos sentir uma vítima de nós mesmos.

A invisibilidade dispensa a masculinidade de justificações e condiciona os padrões de gênero ao legitimá-la como norma geral, natural e neutra que abarca todas as necessidades sociais e pessoais (Bourdieu, 2025, p. 24). Impõe uma visão androcêntrica da ordem social, ratificando a dominação masculina

por meio do aparato social e simbólico sobre o qual está fundada. A falsa percepção de que o masculino constitui uma neutralidade normativa, resguarda-o de qualquer tipo de contestação de gênero e sustenta os modelos dominantes erigidos como “padrões genericamente humanos que devem governar o comportamento tanto dos homens quanto das mulheres” (Kimmel, 2022, p. 18).

A ilusão da neutralidade normativa desdobra-se, por exemplo, na divisão sexual dos aspectos profissionais, na delimitação dos espaços reservados a cada um, na estrutura temporal, entre outras dimensões simbólicas que alavancam o cotidiano social. Estas elaborações formais e genericamente humanas são masculinas nos termos de sua efetiva formação histórica, pairando, sobre o feminino, como parâmetros estabelecidos por pressupostos alheios.

Colocar a masculinidade sob investigação é torná-la visível, reconhecendo sua dimensão cultural, social, política e religiosa para lidar apropriadamente com os processos que a envolvem. Retirá-la da equação é abster-se de compreender sua construção e não contribuir para a inclusão dos homens nos debates acerca da ordem de gênero, envolvendo-os na edificação de uma real e justa equidade e na elaboração de renovadas estruturas sociais, políticas e religiosas.

Nas entrelinhas da manutenção do privilégio da invisibilidade, inscreve-se uma ordenação sociocultural organizada conforme o princípio de divisão androcêntrico, despontando nas trilhas discursivas dos diversos setores da sociedade e definindo como natural o mecanismo patriarcal legitimado pelo amplo maquinário simbólico-social. Atua não apenas na estrutura performativa das representações, mas na própria percepção do mundo ao impor uma significação diferencial dos sexos que caracteriza os gêneros e resulta numa “somatização das relações sociais de dominação” (Bourdieu, 2025, p. 45). Isto ocorre às custas de uma socialização que transforma o arbitrário em cultura, e demarca o princípio identitário masculino como fundamento hermenêutico da realidade. A ordem masculina é inscrita como métrica basilar e neutra que delibera sobre medidas e valores que regem a

dinâmica social, regulando os espaços de pertencimento e validação, à medida que invisibiliza e protege seu escopo androcêntrico.

A significação diferencial entre gêneros, corroborada pelas relações sociais, edifica um *habitus* conformado ao princípio dominante e condiciona a percepção do mundo sob a égide deste mesmo princípio (Bourdieu, 2025, p. 46). Como tecnologia que se entranha pela estrutura social, exige, para si, o papel de defensora da suposta ordem natural do mundo e ratifica a neutralidade masculina, oferecendo espaços correspondentes para aqueles que assumem como definitivas as classificações delimitadas.

Há uma circularidade que permanece para além de toda contestação: a visão androcêntrica, confirmada por todo aparato simbólico e tecnológico que ela mesma produz, invisibiliza-se ao revestir-se de princípio universal dominante e natural. A invisibilidade das disposições instituídas resulta na incorporação sub-reptícia do preconceito contra o feminino, determinado, nesse contexto, como uma ordenação lógica que delibera tanto a respeito de sua confirmação social quanto sobre as disposições que atribuem às mulheres significantes meramente utilitários e secundários.

O privilégio da invisibilidade manifesta-se como violência simbólica fixada culturalmente como matriz que rege percepções, pensamentos, ações e relações estabelecidas entre dominantes e dominados. Seguindo a reflexão proposta por Bourdieu (2025, p. 64),

[...] a violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural.

A violência é internalizada e estabelecida como cultura, definindo as relações sociais e as representações de si. Seus efeitos dinamizam o horizonte sociocultural exercendo influência sobre homens e mulheres, conformando o olhar de ambos através do quadro interpretativo androcêntrico imposto. Para o feminino, as consequências têm sido debatidas pelos estudos de gênero, ainda que o dinamismo social persista em atacar e resistir aos avanços

obtidos. No âmbito masculino, interesse desta pesquisa, o cenário vislumbrado é escasso. A falsa percepção universalizante e genérica da masculinidade inviabiliza sua compreensão como gênero, protegendo-a da análise crítica a respeito de sua constituição e limites.

Aspectos da masculinidade de dominação

Masculinidade não é sinônimo de patriarcado. Tal distinção reconhece que o patriarcado, em sua dinâmica narrativa, envenena a masculinidade, reduzindo-a a um jogo performativo de poder, dominação e injustiça sociocultural. Logo, o combate a essa narrativa precisa ser assumido efetivamente pelos homens na edificação de uma justa equidade de gêneros que abarque as diferentes esferas sociais e culturais.

Conforme Bourdieu (2025, p. 125), a base da construção masculina está na *libido dominandi*, sob a qual está edificada a educação dos homens. A superioridade oriunda do sexo masculino, cristalizada nos corpos, ritos e práticas institucionais presentes na sociedade, dispõe de um intenso dispositivo, colocado a serviço da valorização da masculinidade, por meio do qual as qualidades que compõem seu mosaico identitário dominante são continuamente exibidas. Desde a barba bagunçada de Deus na Capela Sistina - incidindo na moda masculina, na coragem do vaqueiro ou na paixão por motos potentes - os símbolos da masculinidade evocam autoridade, poder, virilidade e destacam modelos que certificam o predomínio cultural da masculinidade de dominação.

Segundo análise realizada por Jablonka (2021, p. 85), a masculinidade de dominação é constituída por quatro eixos que lhe dão forma e conservam, a saber: ostentação, controle, sacrifício e ambiguidade. A masculinidade de ostentação constitui a afirmação e exibição do vigor, do desejo, do sucesso masculino. Seja no falar alto, ostentar joias, acumular conquistas amorosas e alcançar o sucesso, o influxo deste aspecto alcança desde jovens periféricos e seus cordões de ouro até debates sobre os relógios adquiridos por celebridades, assegurando a manutenção do orgulho de ser homem.

A masculinidade de controle estabelece a importância da capacidade de domar os próprios instintos e controlar as paixões. Como um amálgama de

vários aportes filosóficos, essa masculinidade destaca-se atualmente pela incidência de certa interpretação do estoicismo. Expressa a potência masculina que só pode ser dominada pela potência masculina: “O homem domina tanto que ele chega a dominar a si mesmo; seu próprio poder é capaz de se curvar à sua pessoa, de obedecer a sua ordem, para ascender a um nível superior de poder” (Jablonka, 2021, p. 86). No âmbito do cristianismo, essa dinâmica se faz notar nas representações hagiográficas que enfatizam a luta de muitos santos contra a concupiscência, especialmente no que diz respeito ao domínio sobre o corpo. O controle masculino se estende ao corpo feminino, compreendido como propriedade dos homens e controlado por padrões, espaços e estéticas.

Na masculinidade de sacrifício, solidifica-se a disposição para morrer por um outro: Deus, pátria, família, honra. Não importa a causa, a imolação será feita com fidelidade. As representações do ideal masculino são construídas sob este pilar - soldado, chefe de família, cavaleiro, santo, “mesclando abnegação e santidade, o herói se identifica com seu próprio ideal, mantendo-se firme até o martírio, como os primeiros cristãos, ele escolhe mergulhar no absoluto” (Jablonka, 2021, p. 87). Trata-se de um aspecto que define a valoração do masculino por sua entrega ao autossacrifício. Quanto mais doloroso, mais elevado o valor do homem.

Apresentando-se como forma superior de dominação, a masculinidade de ambiguidade integra dimensões atribuídas ao feminino. O patriarcado reduz a mulher à sua fisiologia sexual, mas permite ao verdadeiro homem ser tudo que quiser: suavidade e violência, armas e joias, lágrimas e severidade: “Ele eclipsa seus concorrentes ousando flertar com o feminino - o cúmulo da virilidade” (Jablonka, 2021, p. 88). Metrossexuais, homens desconstruídos, astros do cinema, muitos transitam por condicionamentos ambíguos que jogam com as delimitações de gênero e reafirmam a dominação masculina sob máscaras diversificadas.

Há delineado um processo educativo que insere os homens na cultura da dominação. Ocorrendo inicialmente no nível individual e familiar, a educação masculina torna-se coletiva e pública mediante ritos de passagem e organizações sociais que transmitem aos jovens as regras de seu gênero,

baseando-se “na ideia de que o homem vem do homem, não da mulher. O poder de gênero se transmite por ‘reprodução’ masculina que imita e supera aquela de que as mulheres têm o monopólio biológico” (Jablonka, 2021, p. 89). Garante-se que o homem de verdade não é gerado por uma mulher, mas cooptado por seus pares e formado por uma cultura conservada individualmente ou em grupo.

Kimmel (2022, p. 25) salienta que, apesar do aprendizado estipulado, cada indivíduo é capaz de negociar o próprio caminho da maneira que considera ser correta, e firma um acordo próprio com as definições de masculinidade e feminilidade vigentes. Contudo, segundo ele (2022, p. 25),

[...] não fazemos nosso próprio acordo por nós mesmos em instituições e arenas neutras em termos de gênero. As instituições sociais de nosso mundo - local de trabalho, família, escola, política - também são instituições de gêneros específicos, lugares onde definições dominantes são reforçadas e reproduzidas, e os “divergentes”, disciplinados. Nós nos tornamos pessoas com gêneros em uma sociedade de gêneros.

Para Kimmel (2022, p. 25), falar numa sociedade de gênero é reconhecer o desenvolvimento de organizações sociais que reproduzem tanto a diferenciação desigual entre homens e mulheres quanto a dominação masculina. A invisibilidade que resguarda o gênero masculino incide sobre organismos institucionais e garante a permanência da visão androcêntrica por meio de sua naturalização nas interações e instituições sociais. A masculinidade de dominação progride pela força da narrativa patriarcal, interpretando e edificando o mundo por meio do poder simbólico masculino e justificando-se pela visão androcêntrica que lhe sustenta. Entrelaçado à história do pensamento cultural e à organização das instituições sociais, o patriarcado elege seus vencedores, estabelece rivalidades internas e delimita os detentores dos poderes sociais.

O privilégio da invisibilidade do masculino como desafio teológico

A normatividade androcêntrica atua como *modus operandi* que fundamenta o privilégio da invisibilidade masculina presente na reflexão

teológica e eclesial. Institui a falsa percepção representada numa masculinidade que transita como neutralidade normativa e resguarda o pensar sobre Deus e a reflexão teológica de qualquer contestação de gênero, sustentando modelos dominantes masculinizados e erigindo padrões genericamente humanos. Conforme escreve Tamez (2006, p. 279), “se durante séculos a Igreja foi dirigida por homens, se a maioria dos teólogos foram e são homens, e se se vive em uma sociedade patriarcal, obviamente as imagens dominantes de Deus, as estruturas discursivas, as imagens sobre Deus são masculinas e patriarcais”. A ausência de discursos magisteriais e teológicos sobre uma ética comportamental específica para os homens - enquanto são oferecidas longas elucubrações sobre o ser feminino e seu espaço social - evidencia o privilégio presente e atuante na normatividade masculina.

Jablonka (2021, p. 290) sinaliza que “toda religião deveria questionar o masculino, isto é, a autoridade, o poder, a ortodoxia, a família. Sem esse exame de consciência, os conservadorismos religiosos entravam a igualdade entre gêneros”. Leituras literais da Bíblia, bem como de outros livros sagrados, são catastróficas para os direitos das mulheres porque, utilizando o sagrado, atribuem uma exterioridade de respeitabilidade ao pior tipo de patriarcado (Jablonka, 2021, p. 291). Acrescente-se ao fundamentalismo bíblico, a literalidade descontextualizada que persiste nas interpretações de certas obras magisteriais e teológicas.

Discernir criticamente a normatividade masculina da reflexão teológica pode contribuir para subverter o androcentrismo que permanece patente. Admitir a contingência de determinadas perspectivas religiosas é imprescindível para a identificação dos alicerces patriarcais oriundos dos contextos culturais adjacentes. Ainda que fundamental, não basta a elaboração feminista: é preciso que homens assumam a tarefa de questionar o poder e o domínio que lhe são atribuídos. Orgulhar-se da posição masculina recebida compõe, num cenário de desigualdade e injustiça entre gêneros, uma negação da revelação de Deus em Jesus de Nazaré. Manter, por veneração a “tradições”, discursos e estruturas que aprisionam mulheres e

homens numa posição de inferioridade ontológica, social e eclesial, constitui infidelidade radical ao anúncio do Reino de Deus.

A necessária conversão

O patriarcado permanece como fonte de identidade, configurando estruturas mentais e a própria capacidade de interpretar a vida. Transforma-se em horizonte hermenêutico no qual apreende-se suas afirmações, seus objetivos e suas autojustificações, considerando o que está situado fora de seu escopo como inexistente ou inaceitável.

O horizonte hermenêutico assemelha-se, ainda que não se confunda, ao que se pode denominar como consciência (Miranda, 2009, p. 49). Sua limitação insurge quando seu quadro interpretativo se revela inadequado para questões que tangenciam a vida humana, abrindo-se à possibilidade de suplantação e ampliação por meio de outras experiências. Tal abertura não ocorre sem resistência ou negação total ou parcial das novidades percebidas, geralmente, como falsas ou inferiores.

Aceitar a limitação inerente ao horizonte recebido e abrir-se a novas compreensões conduz a uma reviravolta na forma como se interpreta e vive a realidade, e altera a hierarquia dos valores recebidos. Rejeitar a narrativa patriarcal envolve, para os homens, uma autêntica conversão traduzida na luta contra si mesmo e no reconhecimento das muitas injustiças sedimentadas pela dominação masculina.

De acordo com Lonergan (2012, p. 67),

[...] a conversão é uma mudança de direção - e uma mudança para melhor. O indivíduo se liberta do inautêntico. Ele cresce em autenticidade. Satisfações danosas, perigosas e desnorteadoras são deixadas de lado. Os medos do desconforto, da dor e da privação o desviam menos do seu curso. Os valores são apreendidos onde antes eram negligenciados. As escalas de preferência se alteram. Os erros, as racionalizações e as ideologias sucumbem e se estilhaçam, deixando-o aberto às coisas como elas são e ao homem como deveria ser.

A conversão arrasta o sujeito e seu mundo em um processo de transformação, produzindo um novo horizonte hermenêutico que atinge todas

as dimensões do viver humano (Lonergan, 2012, p. 153). Ainda que seja existencial, particular e íntima, não é solitária. Ocorrendo a muitos, pode mudar comunidades, estruturas e sociedades. Tem a capacidade de espalhar-se pelo ambiente cultural, adaptar-se a diversos matizes, enfrentar distintas situações para emergir em outro contexto (Lonergan, 2012, p. 153). Ao fazer-se história de muitos, torna o movimento de conversão temático, refletindo e explorando de maneira crítica suas origens, seus desenvolvimentos, seus propósitos, suas conquistas e seus fracassos (Lonergan, 2012, p. 153). A conversão não muda apenas o sujeito que se desenvolve, mas também a estrutura do mundo que o cerca.

Este movimento em direção ao novo abrange uma mudança de atitude que revela, no horizonte em construção, profundidade, amplitude e riqueza cada vez maiores. Implica o entendimento de que a mudança não está desvinculada do confronto com os desafios inerentes ao entorno sociocultural. Diante do patriarcado, converter-se consiste na construção de renovadas estruturas sociais e identitárias, resultando na tarefa de decompor a educação e os privilégios atribuídos ao gênero masculino para tecer e implantar novos valores. Sob estes alicerces, a masculinidade tomaria direções diferentes e coerentes com a justa equidade de gênero, encontrando, nesta equidade, o sentido mais profundo de sua vocação.

A contraproposta cristológica

Urge a criação de espaços culturais capazes de estimular a edificação de renovadas formas de masculinidades, compreendendo a liberdade criativa que ressoa na diversidade de cenários. É preciso ir além da lógica patriarcal para abarcar tanto os papéis sociais quanto as estruturas identitárias que perfazem o masculino, entendido como gênero, em seus múltiplos aspectos, perspectivas e relações.

A revelação cristã oferece subsídios para desmascarar o falso ídolo que sustenta o patriarcado e sua proposta de dominação masculina. O próprio Jesus, em sua humanidade livre, manifesta-se como a maior contraproposta à cultura patriarcal. Segundo Corallo (2024, p. 133), “Jesus é o homem alternativo, porque está aberto ao amor de Deus a ponto de se tornar

transparência”. Como o Verbo encarnado, Jesus é a manifestação plena de Deus. Nele, Deus pode ser visto e tocado (1Jo 1, 1-3¹). Toda sua vida revela o agir amoroso de um Deus que, ao rejeitar a força e o poder, frustra e implode as expectativas humanas, desvelando-se como experiência salvífica que direciona o viver humano para um *ethos* fundamental.

Na pessoa de Jesus, o ser humano descobre e redescobre o significado pleno de sua vocação mais íntima (*Gaudium et Spes* 22). Segundo Rúbio (2001, p. 203),

Jesus Cristo é o homem sonhado, o homem que as religiões e as civilizações, sob mais diversas formas, idealizaram. É o homem entrevisto pelos poetas e pelos místicos, o homem que o ser humano comum gostaria de ser, às vezes. Jesus Cristo responde a este anelo e o transcende. É o homem novo num sentido incomparavelmente mais rico do que o homem ousou sonhar. Homem novo, dom gratuito do amor desconcertante de Deus.

O Profeta de Nazaré faz de sua vida uma resposta ao amor do Pai. Tendo Deus como seu absoluto, relativiza o resto, mesmo que isto denote sofrimentos, traições e perseguições. Trata-se de uma atitude que caracteriza seu viver como uma história humana de entrega a Deus. Construída no interior das opções concretas e a partir do exercício de sua liberdade, manifesta-se, na ressurreição, como vida confirmada e assumida pelo Pai na força do Espírito.

A dimensão salvífica da encarnação de Jesus não se assenta no dado masculino, mas em sua humanidade universal, vivida por meio de uma história de libertação para homens e mulheres de seu tempo. Inaugura, pela ação do Espírito Santo, um novo modo de ser humano (Cl 3,5-17). A humanidade não se encontra mais prisioneira das estruturas culturais e sociais (Gl 6,15), mas torna-se livre mediante sua abertura ao agir do Espírito Santo (Rm 8,1-27).

A partir da experiência de Deus, Jesus coloca sob discernimento crítico os pilares sociais de seu tempo. O Reino de Deus transforma-se na métrica julgadora da realidade e de suas estruturas. Tudo está relativizado diante da aceitação e consequente construção dos valores anunciados por Jesus,

¹ Sem que se informe expressamente o contrário, todas as citações bíblicas deste artigo foram de *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2001.

sinalizando para a radicalidade de sua Boa Nova e provocando forte impressão entre seus ouvintes e adversários. De acordo com Pagola (2007, p. 225), Jesus promove uma “comunidade sem dominação masculina e sem hierarquias estabelecidas pelo homem. Um movimento de seguidores onde não há ‘pai’. Só o do Céu”. De tal forma que não é possível defender ou justificar o patriarcado, validando a dominação masculina. Sua proposta estabelece que todos que o seguem devem renunciar ao poder e ao domínio sobre os outros para viver a serviço dos mais fracos e indefesos (Pagola, 2007, p. 226).

É assim que Jesus propõe um mundo novo e diferente. Desaparece o “pai”, símbolo da ótica patriarcal, para edificar um espaço de vida fraterna e igualdade (Mc 3, 31-35). Abdica-se do poder e da dominação para viver a solidariedade e o serviço ao outro no concreto da realidade, de forma a amenizar seus sofrimentos e recuperar sua dignidade (Mt 23, 8-11). A prática de Jesus carcome as estruturas patriarcais da sociedade de seu tempo e permanece como caminho aberto para a construção de novas e originais relações sociais e teológicas.

Considerações finais

Há uma estrutura antipatriarcal e uma forma alternativa de masculinidade na Boa Nova de Jesus. O modelo de masculinidade que emerge de sua proposta não exige poder, mas encara a vida com o desejo de aprender e de crescer. Conforme escreve Corallo (2024, p. 134),

Ele se depara com um homem ferido por fortes expectativas de gênero em relação à sua masculinidade e lhe oferece uma forma alternativa de ser homem em uma sociedade acostumada ao abuso patriarcal. Mostra uma masculinidade capaz de diálogo, de reconhecer a alteridade e de ser manso, quebrando o estereótipo bastante arraigado na maneira de pensar da época.

Sua vida contradiz o modelo de dominação determinado socialmente. Para ele, o verdadeiro poder não está na dominação, mas no serviço (João 13, 1-17). A subversão estabelecida evidencia-se no anúncio de um Reino de Deus direcionado, preferencialmente, para os pobres, para as pessoas sem importância, para aqueles que não são vistos, para os insignificantes de seu

tempo - entre tantos, como hoje, mulheres e homens excluídos pela lógica cultural vigente.

É preciso transpor sua mensagem de não dominação para as relações sociais de gênero a fim de edificar uma masculinidade de serviço, admitindo que os modelos atuais de masculinidade estão marcados pela lógica patriarcal e condicionados pela injustiça e violência inerentes a este sistema. Trata-se de uma masculinidade que se descobre liberta para viver a solidariedade e o serviço ao outro no concreto da realidade. Ameniza os sofrimentos e compromete-se, movida pela dinâmica do Reino de Deus, a caminhar junto, mesmo quando até as palavras parecem sem propósito. A masculinidade de serviço acontece quando homens fundam instrumentos que permitam que mulheres não sofram e nem corram o perigo de sofrer nenhuma limitação ligada a sexo ou gênero. Isto denota uma conversão pessoal que assume que o “início da igualdade começa pelo fim dos privilégios” (Jablonka, 2021, p. 277).

À conversão pessoal acresce-se a conversão sociocultural. No caminho da afirmação jesuana - “fazei amigos com o dinheiro da iniquidade” (Lc 16, 9) -, a ciência da opressão masculina infligida sobre as mulheres suscita a demarcação de um conjunto de ações e políticas públicas que permitam e defendam sua emancipação e direitos em detrimento do mecanismo patriarcal. Engajar-se na construção da justiça de gêneros implica, portanto, “a igualdade de legitimidade, acesso à palavra, paridade em política. Ou seja, as mulheres têm direito ao poder, qualquer que ele seja” (Jablonka, 2021, p. 279).

No campo teológico e eclesial, a masculinidade de serviço contribui no necessário reconhecimento dos privilégios masculinos instituídos historicamente. Sustentada numa prática secular que atribui a Deus imagens, linguagem e gênero masculino, as narrativas teológicas vêm sendo utilizadas para justificar a dominação do homem sobre a mulher. De acordo com Johnson (2024, p. 158), “relativizar o imaginário masculino tira o ídolo do seu pedestal, quebrando o domínio do discurso patriarcal e os seus efeitos deletérios”. Não se trata de oferecer proteção às mulheres por meio de posturas paternalistas, mas de recusar, conforme sinaliza a mensagem de

Jesus, que o masculino seja expressão de poder e dominação, tanto na Igreja quanto na sociedade.

De acordo com Hooks (2025, p. 208): “homens com integridade não têm vergonha de servir. Eles são cuidadores, tutores, guardiões da chama. Eles conhecem a felicidade”. Escapar da lógica patriarcal para abdicar do poder e do domínio supõe conversão autêntica e postura igualmente forte que seja capaz de incidir na afirmação das patologias do masculino. Versa sobre o abandono das dissimetrias sociais para assumir, enquanto homem, movido pela dinâmica da fé, a doação de si como lugar de autoconstrução, descobrindo, nesse movimento, a “felicidade de fazer feliz” (Bourdieu, 2025, p. 180). A masculinidade de serviço só é possível na abertura autêntica à experiência do Deus de Jesus Cristo, ultrapassando os condicionantes culturais de gênero para situar-se como espaço de libertação de si e do outro.

Referências

A *BÍBLIA de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2001.

ANDERSON-RAJKUMAR, Evangeline. Deus e gênero: reflexões a partir de uma perspectiva womanist indiana. In: SUSIN, Luiz Carlos (org.). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Difel, 2025.

BRUNELLI, Delir. *Libertação da mulher: um desafio para a Igreja e a Vida Religiosa da América Latina*. Rio de Janeiro: Conferência dos Religiosos do Brasil, 1989.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et spes*. In: *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 2015.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulus/ Paulinas, 2007.

CORALLO, Andrea. *Jesus além dos estereótipos patriarcais*. Petrópolis: Vozes, 2024.

HOOKS, Bell. *A vontade de mudar: homens, masculinidades e amor*. São Paulo: Elefante, 2025.

JABLONKA, Ivan. *Homens Justos: do patriarcado às novas masculinidades*. São Paulo: Todavia, 2021.

JOÃO XXIII, Papa. Encíclica *Pacem in Terris*. In. DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas; Ed. Loyola, 2007.

JOHNSON, Elisabeth. *A busca do Deus vivo*. Petrópolis: Vozes, 2024.

KIMMEL, Michael. *A sociedade de gênero*. Petrópolis: Vozes, 2022.

LEÃO XVI, Papa. *Exortação Apostólica Dilexi Te*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_exhortations/documents/20251004-dilexi-te.html#_ftn95. Acesso em 08 de abril de 2026.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelo homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LONERGAN, Bernard. *Método em Teologia*. São Paulo: É Realizações, 2012.

MIRANDA, Mario de França. *Igreja e Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2009.

MIRANDA, Mario de França. *Inculturação da fé: uma abordagem teológica*. São Paulo: Loyola, 2001.

PAGOLA, José Antonio. *Jesús: Aproximación histórica*. Madrid: PPC, 2007.

RUBIO, Alfonso García. *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*. São Paulo: Paulus, 2001.

TAMEZ, Elsa. Apontamentos sobre Deus e gênero. In: SUSIN, Luiz Carlos (org.). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006.

Trabalho submetido em 13/04/2026.

Aceito em 27/08/2026.

Sérgio Albuquerque Damião

Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2021). Exerce a função de professor pela Universidade Católica de Pernambuco. Membro do Grupo de Pesquisas Teologias, Interpretações e Práxis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1060-3908>. E-mail: sergio.albuquerque@unicap.br